

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ - GÁS DO PARÁ

CNPJ: 08.454.441/0001-75

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Senhores Acionistas: A Administração da Companhia de Gás do Pará – GÁS DO PARÁ, em obediência às disposições estatutárias e, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. **1. Histórico Institucional:** A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos Estados a exploração direta ou mediante concessão, dos serviços de gás canalizado. Nesse contexto, a Lei Estadual 6.878 de 29 de junho de 2006, autorizou o Poder Executivo a constituir uma sociedade de economia mista com a denominação de Companhia de Gás do Pará – GÁS DO PARÁ. Em 22 de novembro de 2006, foi constituída a Companhia de Gás do Pará, com capital subscrito de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Em 05 de dezembro de 2006, ocorreu, entre o Estado do Pará e a Companhia de Gás do Pará, a assinatura do Contrato de Concessão, da exploração dos serviços de gás canalizado no Estado do Pará. A GÁS DO PARÁ possui a participação acionária conforme abaixo demonstrado:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAIS
ESTADO DO PARÁ	51,00 %	0,00 %	25,50 %
TEMOGAS S/A	49,00 %	100,00 %	74,50 %
TOTAL	100,00 %	100,00 %	100,00 %

2. Desempenho: A GÁS DO PARÁ encontra-se em fase pré-operacional e sua manutenção administrativa é suportada pelo Capital integralizado pelos sócios, em conformidade com o orçamento anual, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e consoante aos seguintes principais critérios contábeis: A auditoria das contas e práticas contábeis referentes ao exercício de 2018 foi realizada pela empresa ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. **3. O Projeto do Gás Natural:** O gás natural é um importante energético tanto para a indústria como para o comércio e veículos, com diversas vantagens técnicas ambientais em relação aos seus concorrentes principais, que são os derivados de petróleo e o carvão. Dentre elas podemos citar: - Combustível menos poluente que os derivados de petróleo e carvão; - Mais seguro (menor risco de incêndio e explosão); - Preço mais competitivo que os derivados de petróleo. Em decorrência das vantagens expostas, a introdução do gás natural na matriz energética do Estado do Pará irá induzir: - A melhoria da competitividade da indústria local; - Atração de novos empreendimentos industriais; - A utilização de um combustível mais barato pela frota veicular, com prioridade para as frotas de táxis, transporte público e veículos utilizados pela administração pública; - Em uma etapa posterior, permitir uma alternativa energética com custo competitivo para os segmentos comercial e residencial. Entretanto, a viabilidade desse processo somente ocorre com a existência de uma fonte de suprimento de gás natural para que a

Companhia de Gás do Pará possa efetuar o serviço de distribuição. Nos demais Estados onde existe sistema público de distribuição de gás natural, o suprimento é, na quase totalidade dos casos, efetuado pela PETROBRAS através de uma rede de gasodutos e terminais de regaseificação. No caso do Estado do Pará este suprimento ainda não existe. Dessa forma, para o atendimento do Estado do Pará com gás natural, está sendo desenvolvido um projeto de importação de Gás Natural Liquefeito - GNL, que será regaseificado em um terminal a ser instalado nas proximidades do porto de Vila do Conde, que é o ponto mais viável de atendimento pela navegabilidade e proximidade dos mercados potenciais mais importantes que estão no Distrito Industrial de Barcarena, além da cidade de Belém. A Figura 1 apresenta o projeto conceitual do Terminal de Regaseificação até a saída da rede de gasodutos. Por esta concepção, um terminal de regaseificação embarcado (FSRU) recebe Gás Natural Liquefeito (GNL) de navios especiais e armazena este em tanques criogênicos, e o vaporiza para então entregar gás natural, no estado gasoso, nos gasodutos de distribuição para atender ao mercado consumidor interno. **Local para implantação do terminal:** O local avaliado para implantação do Terminal de Recebimento, Estocagem e Regaseificação do GNL será instalado no Município de Barcarena, as margens do Rio Pará, distante cerca de 130 km de Belém. Esta localização apresenta vantagens, pelas condições da navegação de navios de grande porte já consolidada para acesso à área. Adicionalmente apresenta relativa proximidade aos principais centros de produção e exportação de Gás Natural Liquefeito - GNL, na bacia do Atlântico. **Distribuição do Gás Natural:** Após o processo de regaseificação, o gás natural é então transportado e distribuído pela Gás do Pará para os consumidores livres e para seus consumidores cativos, inclusive para atendimento de Gás Natural Veicular - GNV, na Região Metropolitana de Belém, inicialmente. A implantação de um projeto de grande complexidade técnica, como exposto, demanda um volume inicial elevado de mercado consumidor de gás natural. Esse mercado somente se configura com a adesão de empreendimentos que possuem potencial para a utilização de gás natural de forma intensiva. **4. Cenário para 2019:** Com a assinatura do Memorando de Entendimentos entre a Hydro e a Shell entendemos que o processo de tomada de decisão pelo grupo norueguês encontra-se próximo de sua finalização. A conversão da Alunorte para o gás natural é de fundamental importância para a viabilização da instalação do terminal de regaseificação em Barcarena. Os diversos projetos termelétricos a gás natural reforçam a vocação do nosso Estado para a produção de energia limpa, entendemos que, com a definição do início do fornecimento de GNL, esses projetos de usinas termelétricas a gás natural serão extremamente competitivos nos leilões de energia que se avizinham. **Cláudia Bitar** - Diretor Presidente. **Fábio Amorin** - Diretor Técnico e Comercial. **André Macêdo** - Diretor Adm. e Financeiro.

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	630	301	Fornecedores		6	6
Tributos a recuperar	4	6	9	Obrigações sociais a recolher	5	23	25
Despesas antecipadas		2	2	Tributos a recolher		4	5
Total do ativo circulante		638	312	Outras obrigações		2	1
Ativo Não circulante				Total do passivo circulante		35	37
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido			
Tributos a recuperar	4	34	22	Capital social	6	9.085	7.661
Imobilizado		9	9	Prejuízos acumulados		(8.429)	(7.349)
Intangível		10	6	Total do patrimônio líquido		656	312
Total do ativo não circulante		53	37	Total do passivo e do patrimônio líquido		691	349
Total do ativo		691	349				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	7	(799)	(861)
Remuneração dos administradores	7	(313)	(211)
Outras despesas operacionais		-	(25)
		(1.112)	(1.097)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(1.112)	(1.097)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	8	35	30
Despesas financeiras	8	(3)	(2)
		32	28
Prejuízo do exercício		(1.080)	(1.069)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(1.080)	(1.069)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1.080)	(1.069)
Prejuízo do exercício	(1.080)	(1.069)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social Subscrito	A integralizar	Total	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.000	(252)	6.748	(6.280)	468
Aumento de capital	3.000	(2.087)	913	-	913
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.069)	(1.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.000	(2.339)	7.661	(7.349)	312
Aumento de capital (Nota 6)	-	1.424	1.424	-	1.424
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.080)	(1.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.000	(915)	9.085	(8.429)	656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.